

Cargos: Administrador, Bibliotecário, Contador, Engenheiro Civil, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Psicólogo, Tecnólogo em Sistemas de Informações, Agente de Educação e Inclusão Digital, Intérprete de Libras, Técnico em Informática, Agente de Administração Educacional e Agente de Coordenação de Turno

Tópico: LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Questão	Resposta Original	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Gabarito mudado para:
31	C	A resposta certa, presente na alternativa C (na circunscrição do Município), está em consonância com a Constituição da República, (art. 29, CR: VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município), e com o art 40, Lei Orgânica do Município de Niterói: Art. 40. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.	INDEFERIDO	
32	E	A resposta certa, presente na alternativa E (fundações públicas, entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio, gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e outras fontes, para atender às necessidades municipais no campo da assistência e atividades de lazer, esporte, cultura, educação e saúde), está em consonância com o art. 81, §2º, da Lei Orgânica do Município de Niterói (§ 2º As entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que compõem a Administração Indireta do Município, se classificam em: I - autarquia - serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão	INDEFERIDO	

		<p>administrativa e financeira descentralizada;</p> <p>II - empresa pública - entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, criada por lei para exploração de atividades econômicas que o Município seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;</p> <p>III - sociedade de economia mista - entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações, com direito a voto, pertençam, em sua maioria, ao Município ou à entidade da administração indireta;</p> <p>IV - fundação pública - entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio, gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e outras fontes, para atender às necessidades municipais no campo da assistência e atividades de lazer, esporte, cultura, educação e saúde.).</p> <p>A única que está de acordo é a letra E.</p>		
34	A	<p>O recorrente enganou-se com relação à questão objeto do recurso, uma vez que não há nada na questão citada a respeito de limite de idade para concursos públicos. Além disso, a resposta certa, presente na alternativa A (Ao Município é vedado se recusar a dar fé a documentos públicos), está em consonância com os artigos 12, XIX e XXIX (competência privativa), art. 13,IV (competência comum) e 16,II e VI (vedações), da Lei Orgânica do Município, por ser a única correta de acordo com os textos legais citados.</p>	INDEFERIDO.	
35	A	<p>A questão versa sobre a obtenção de empréstimos, ato administrativo complexo, dividido portanto em duas fases, sendo a primeira objeto da pergunta, qual seja, que órgão é competente para AUTORIZAR a obtenção do empréstimo.</p>	INDEFERIDO.	

		<p>Nesse sentido, a resposta correta é a presente na alternativa A (privativa da Câmara Municipal), que está em consonância com o art. 39, IX:</p> <p>Art. 39. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:</p> <p>IX - autorizar a realização de empréstimos, operação ou acordo de qualquer natureza, de interesse do Município;.</p>		
37	C	<p>A resposta correta é a presente na alternativa C (todas estão corretas), uma vez que as três afirmativas são consentâneas com o artigo 150, incisos III (III - é vedada a fixação de limite máximo de idade para candidatos a concurso público no Município), XI (XI - é obrigatória a participação do Sindicato dos Funcionários Municipais nas negociações coletivas de trabalho;) e seu parágrafo 7º (§ 7º É vedada à nomeação ou designação para qualquer cargo, emprego ou função pública de livre nomeação e exoneração na Administração Pública Municipal de Niterói, Direta e Indireta, Autárquica ou Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo, de quem seja inelegível em razão de condenação decorrente de ato ilícito, nos termos da Legislação Federal, Lei Complementar nº 135/2010.).</p> <p>O fato de que existe a aposentadoria compulsória aos 70 anos não se insere na vedação, uma vez que ela especifica a impossibilidade de se fixar limites irrazoáveis, como por exemplo, limite de idade de 35 anos para determinados cargos.</p>	INDEFERIDO.	
39	D	<p>A resposta correta é a presente na alternativa D (não poderá ser celebrado, pois embora a Lei Orgânica permita a celebração de convênios, é vedado ao Poder Público Municipal estabelecer vínculo empregatício com o pessoal do magistério integrante de outras redes de ensino, por força de convênio), que está de acordo com o disposto no art. 229, caput e seu parágrafo único (Art. 229. A celebração de convênios, acordos de contratos de assistência técnica ou financeira do Município de Niterói, com outros Municípios, o Estado ou a União, dependerá de autorização prévia da Câmara Municipal.</p>	INDEFERIDO.	

		<p>Parágrafo único. Fica vetado ao Poder Público Municipal estabelecer vínculo empregatício com o pessoal do magistério integrante de outras redes de ensino, por força deste tipo de convênio). A utilização do termo deste ou algum não atrapalham a compreensão da questão.</p>		
40	B	<p>A resposta correta é a presente na alternativa B (É facultativa no currículo pré-escolar a atividade de Educação Física, na rede municipal de ensino), que é a única que não encontra correspondência com dispositivo da Lei Orgânica (que versa sobre a obrigatoriedade da educação física, no art. 241), estando as demais de acordo com os artigos 237 (É vetado ao Município qualquer tipo de convênio com a iniciativa privada, visando à concessão de bolsa de estudo.), artigo 226 (Art. 226. A instituição de ensino religioso, como disciplina dos horários normais das escolas municipais, será administrada com:</p> <p>I - matrícula facultativa e ministrado por professores do próprio quadro do magistério Municipal, garantindo o seu caráter ecumênico;</p> <p>II - garantia de atividade alternativa aos alunos não matriculados para ensino religioso.), artigo 223, §2º (Fica garantida a adaptação dos prédios escolares a fim de permitir o livre trânsito dos portadores de deficiência)e art. 219, I, a (não será permitida, a qualquer título, a instituição de taxas escolares ou qualquer espécie de cobrança ao aluno, no âmbito da escola, pelo fornecimento de material didático escolar, transporte, alimentação ou assistência à saúde.)</p> <p>A exceção quanto ao deficiente físico não importa em descaracterização da questão.</p>	Indeferido.	